

Zélia quer acordo diferenciado com FMI

por Claudia Safatle
de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, está empenhada em romper com a posição ortodoxa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e negociar, para o Brasil, um acordo centrado mais na direção das políticas monetária e fiscal do que em metas nominais, já que as metas que fundamentam o acordo "stand-by" com o FMI estão ligadas diretamente ao desempenho, imprevisível, da taxa de inflação.

A ministra retornou ontem de Washington, onde participou da reunião do comitê interino do FMI e manteve contato com autoridades do governo norte-americano. Na conversa que teve com o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, Zélia Cardoso de Mello ouviu que ele olharia com "open mind" (mente aberta) para o caso bra-

sileiro, conforme relatou a própria ministra. "Acho que consegui contar com a boa vontade dele", disse ela, ontem, em entrevista à imprensa.

Nos contatos que teve com o secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, e com o subsecretário, David Mulford, a ministra disse ter tido uma conversa "olho no olho", para mostrar que "o Brasil quer negociar o mais rápido possível" os acordos relativos à dívida externa e, portanto, gostaria de iniciar as conversações simultâneas tanto junto ao FMI — na próxima terça-feira ela terá uma reunião com a missão técnica do Fundo que está em Brasília — quanto ao comitê de bancos credores. Os interlocutores da ministra concordaram com esse cronograma.

Ela explicou, porém, que o acordo com o Clube de Paris — onde se realizam

as negociações de dívidas entre governos — só poderá ser detonado em três ou quatro meses, e não está necessariamente pautado numa reformulação da proposta de refinanciamento, feita no ano passado pelo governo brasileiro, aproveitando a obtenção de uma redução de 50% da dívida oficial da Polônia. Na proposta original enviada ao presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, em setembro do ano passado, o governo brasileiro não chegou a pedir redução de dívida.

A ministra negou, também, que esteja refazendo a proposta de renegociação da dívida de médio e longo prazo, feita ao comitê de bancos credores também em 1990, e que até hoje não foi examinada. "Em princípio, não vamos mudar uma coisa que nem chegou a ser discutida", admitiu a ministra, lembrando que os bancos se recusaram a con-

versar sobre a dívida de médio e longo prazo até que o Brasil acertasse o pagamento dos juros atrasados. Agora, tão logo seja concluído o protocolo de acordo dos juros atrasados, o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa, retoma a discussão com os credores privados sobre o principal da dívida externa. "Queremos que a nossa proposta seja analisada e ou seja apresentada uma contraproposta."

Com o FMI, a ministra da Economia quer uma discussão sobre a raiz da inflação brasileira. Se isso vai representar um acordo "stand-by" ou um "extended facility agreement", ainda é cedo para dizer. "Uma coisa que eu quero é que eles (os técnicos do Fundo) vejam os números e se convençam de que, no ano passado, nós fizemos as políticas corretas e, ainda assim, a inflação subiu.

Porque? Aí é que vai entrar o que o diretor-gerente do FMI anunciou como "open mind", é nesse momento que vamos ver qual é o espaço. O problema é muito mais complexo. Nós executamos uma política monetária rígida, assim como a política fiscal. Em qualquer país normal isso derrubaria a inflação. No nosso caso, porém, há uma rigidez muito maior e nós temos que ajustar as expectativas, não mudar as políticas."

O secretário de política econômica, Antonio Kandir, que acompanhou a ministra nas conversas em Washington, negou a possi-

bilidade de o governo brasileiro acertar um acordo com o Fundo baseado em "metas irrealistas", calçadas em uma redução da taxa de inflação a patamares baixos no curto prazo. "Eles vão ver como foi o ano de 1990 e as expectativas para este ano. Em função disso é que vamos ver se dá ou não para continuar conversando."

A ministra ainda não definiu qual a meta de superávit fiscal que pretende colocar na mesa de negociação. Disse ontem que deseja repetir um superávit operacional parecido com 1,2% do PIB obtido no ano passado.